



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Praça Mal Deodoro, 55 - Bairro Centro - CEP 90010-908 - Porto Alegre - RS - www.tjrs.jus.br
6º andar

DECISÃO

Trata-se de solicitação de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, do profissional **João Araújo Monteiro Neto**, para ministrar o curso "**Aspectos Práticos da LGPD no Contexto do Judiciário**", na modalidade EAD-Híbrida, que será realizado entre 09 e 20 de setembro de 2024, conforme descrito no ETP (6697872), no Termo de Referência (6697873) e no Projeto Pedagógico de Curso - PPC (6697885), credenciado pela ENFAM mediante emissão da Portaria 182/2024 - ENFAM (6908919).

O Centro de Formação e Desenvolvimento de Pessoas, no Estudo Técnico Preliminar (6697872), justificou a necessidade da contratação, bem como discorreu acerca da qualificação técnica do profissional, nos seguintes termos:

"(...) O curso "Aprofundamento sobre LGPD" é uma demanda da 3ª Vice-Presidência e surge da necessidade de auxiliar os(as) magistrados(as) a enfrentar os novos desafios trazidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei n. 13.709/2018. Essa lei entrou em vigor no ano de 2020, com as sanções administrativas sendo aplicadas a partir de 2021 e seu regulamento sendo estabelecido somente em 2023.

Capacitar os profissionais deste Tribunal é essencial, pois proporciona conhecimento sobre como lidar com questões relacionadas à proteção de dados pessoais, privacidade e segurança da informação, bem como compreender os princípios, obrigações e responsabilidades estabelecidos pela LGPD é fundamental para garantir o cumprimento das leis e regulamentos pertinentes, especialmente no contexto judicial.

Ao adquirir esse conhecimento mais profundo sobre a LGPD, os servidores e magistrados estarão mais capacitados para tomar decisões informadas, proteger os dados confidenciais dos cidadãos e garantir a integridade e imparcialidade dos processos judiciais. Em última análise, o curso de aprofundamento sobre a LGPD é essencial para aprimorar as atividades-fim do Tribunal de Justiça, garantindo uma abordagem responsável e eficaz no tratamento de dados pessoais".

Na sequência, acostado o Orçamento (6697896), o Núcleo Financeiro do CJUD certificou (6697902) que *"há disponibilidade orçamentária para o Curso "Aspecto Práticos da LGPD no Contexto do Judiciário" nos identificadores webverb 34934, 34938, 34942 e 34946 – para Contratação de Pessoa Física e pagamento de obrigação tributária patronal"*.

Ato contínuo, a Diretora do CJUD (6913301), ao manifestar concordância com a contratação pretendida, remeteu o expediente ao Departamento de Compras, para as providências necessárias, bem como ao ASSTOR-SEPRO para fins de reserva orçamentária.

Em atenção ao Encaminhamento DEC-SEGED 6920512, o DAP-REGISTRO informou (6922069) *"que não foi localizado vínculo como servidor deste Tribunal de Justiça com o Sr. João Araújo Monteiro Neto, CPF nº 636.004.043-34"*.

O Departamento de Compras (6975431), a sua vez, com base na Informação CJUD-FINANCEIRO (6697910) e na documentação de regularidade (6974565), atestou que:

"(...) Quanto à justificativa do preço ofertado pela proponente, foi utilizado o Ato 001/2020 - Conselho Gestor CJUD (1998035) para remuneração de docentes no âmbito do TJRS, especificamente neste caso, o *docente externo é detentor da titulação Doutorado, justificando o valor de R\$ 250,00 por hora-aula, com o qual a proponente manifestou concordância, como se observa da Proposta 6697894, conforme Informação CJUD 6697910.*

Caso o entendimento desta Administração seja pela contratação, informamos que os documentos necessários foram analisados e não apresentam qualquer restrição, vide docs. 6697953 e 6974565. Ainda, que no documento 6697953 constam a declaração em atendimento ao inciso V do Art. 2º da Resolução nº 07, de 18/10/2005 do Conselho Nacional de Justiça e a Declaração de Habilitação do contratado, assinadas por João Araújo Monteiro Neto. Por fim, que por tratar-se de pessoa física, também foi verificado junto à DIGEP, que atestou que *"não foi localizado vínculo como servidor deste Tribunal de Justiça com o Sr. João Araújo Monteiro Neto, CPF nº 636.004.043-34"*, conforme Informação 6922069".

Então, a Direção Financeira efetuou a reserva de verba (6977735), de acordo com Pedido de Compras n.º 974/2024 atualizado (6697905).

Com vista, a Direção de Logística (6995015) não vislumbrou objeção ao processamento da demanda.

Por fim, a Assessoria Especial exarou o Parecer n.º 2221/2024-ASSESP/ADM (6998355), em que se manifestou pela possibilidade jurídica da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, bem como opinou "*(...) a critério da autoridade superior, seja facultada a substituição do contrato por outro instrumento hábil, na forma do artigo 95 do mesmo diploma legal*".

Ante o exposto, e em consonância com o Parecer da Assessoria Especial (6998355), cujos fundamentos adoto como razões de decidir, nos termos da delegação contida no Ato n.º 025/2024-P, autorizo a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, do profissional **João Araújo Monteiro Neto**, para ministrar o curso "**Aspectos Práticos da LGPD no Contexto do Judiciário**", na modalidade EAD-Híbrida, que será realizado entre 09 e 20 de setembro de 2024, pelo valor total de **R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos Reais)**, sendo R\$ 4.000,00 (quatro mil Reais) a título de horas-aula e R\$ 800,00 (oitocentos Reais) correspondentes a 20% de contribuição ao INSS, conforme o Pedido de Compras n.º 974/2024 (6697905), com fundamento no artigo 74, III, "f", da Lei n.º 14.133/2021.

Divulgue-se.

Ao Departamento de Compras para as providências cabíveis, observando ao Despacho DG (5740419).

Dê-se ciência ao Centro de Formação e Desenvolvimento de Pessoas do Poder Judiciário.



Documento assinado eletronicamente por **Anelise Nicolodi Camara, Diretor(a)-Geral Adjunto**, em 15/08/2024, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.tjrs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **7010335** e o código CRC **C280EE34**.